



2026

OFICINAS DE  
**PESQUISA  
E JURISPRUDÊNCIA**

1º SEMESTRE



Escola de  
**Formação**  
Pública



# Sumário

<b>Programa de Oficinas de Pesquisa e Jurisprudência.....</b>	<b>5</b>
<b>Informações gerais.....</b>	<b>5</b>
<b>Apresentação do curso.....</b>	<b>5</b>
<b>Formas de avaliação.....</b>	<b>6</b>
<b>Materiais de leitura.....</b>	<b>6</b>
<b>Informações administrativas.....</b>	<b>6</b>
Coordenação acadêmica.....	7
<b>Cronograma de aulas.....</b>	<b>8</b>
<b>Leituras e materiais didáticos.....</b>	<b>10</b>
Oficina de jurisprudência   Boas-vindas - encontro de abertura.....	10
Oficina de pesquisa   Apresentação do nosso ano: Programa de Aulas, Programa de Pesquisa e combinados gerais.....	10
Oficina de jurisprudência   Controle de Constitucionalidade: Até onde pode ir o STF? O controle das Propostas de Emenda à Constituição.....	10
Oficina de pesquisa   Como ler acórdãos do STF?.....	11
Oficina de jurisprudência   Cotas raciais nas Universidades e no serviço público: as comissões de heteroidentificação.....	12
Oficina de Pesquisa   Como pesquisar no STF? Como fazer análise de jurisprudência? 13	
Oficina de jurisprudência   Concessão de medicamentos pelo Poder Judiciário: Temas 6, 793 e 1234 do STF.....	13
Oficina de Pesquisa   Como elaborar um projeto de pesquisa?.....	13
Oficina de jurisprudência   Desenho institucional dos Poderes: o voto secreto no Poder Legislativo.....	14
Oficina de pesquisa: Bastidores da Pesquisa: do projeto ao texto final, uma experiência concreta de orientação em 2025.....	14
Oficina de jurisprudência   Tribunal de Contas: atuação em políticas públicas e consensualidade.....	14
Oficina de pesquisa: Como pesquisar no TCU?.....	15
Oficina de jurisprudência   PPP do novo centro administrativo do Estado de São Paulo.	15
Oficina de Pesquisa   Pesquisa legislativa, acesso à informação e dados públicos.....	15

Oficina de jurisprudência   Caso Marielle e o compartilhamento de dados do Google	15
Oficina de Pesquisa   O uso da linguagem simples.....	16
Oficina de jurisprudência   O Inquérito das Fake News.....	16
Oficina de Pesquisa: Como utilizar os métodos de entrevistas e questionários?.....	16
Oficina de jurisprudência   Moderação de conteúdo em plataformas digitais: como o STF interpreta a constitucionalidade do art. 19 do Marco Civil da Internet?.....	16
Oficina de Pesquisa  O uso de IA em pesquisas acadêmicas.....	17
Oficina de jurisprudência   Legalidade e Regulação: o caso dos aditivos do cigarro.....	17
Oficina de Pesquisa   Análise de impacto regulatório.....	18
Oficina de jurisprudência   Funk: arte, violência e contradições.....	18
Oficina de Pesquisa   Interdisciplinaridade e direito comparado.....	18

# Programa de Oficinas de Pesquisa e Jurisprudência

1º semestre de 2026

## Informações gerais

### **Apresentação do curso**

A Escola de Formação Pública tem como objetivo oferecer aos alunos de graduação em Direito, de diferentes instituições e estágios de formação, uma experiência anual, introdutória e transversal, voltada ao desenvolvimento de competências de leitura jurídica, interpretação institucional e reflexão crítica.

A proposta pedagógica articula dois movimentos complementares.

No primeiro, constrói-se uma base comum por meio da leitura e da análise de acórdãos, com especial atenção às decisões do Supremo Tribunal Federal, abordadas como textos argumentativos situados em contextos jurídico, institucional e político. Nesse percurso, os estudantes entram em contato com os caminhos de acesso ao STF, conceitos básicos de controle de constitucionalidade, procedimento, estrutura e precedentes, bem como com as distintas formas de resposta institucional da Corte, analisando criticamente a consistência dos argumentos, o processo decisório e a influência de fatores externos às decisões.

No segundo movimento, o curso assume caráter exploratório, promovendo um vôo panorâmico por áreas e problemas centrais do Direito contemporâneo, com mergulhos pontuais em temas selecionados a partir de casos, decisões judiciais e textos de referência. Essa etapa visa ampliar o repertório dos estudantes e estimular a formulação de perguntas de pesquisa e de temas para monografias.

O curso não pretende esgotar conteúdos dogmáticos, mas oferecer instrumentos de leitura, interpretação e problematização, contribuindo para a autonomia intelectual e a formação crítica das/dos estudantes.

Ao final do semestre, as/os estudantes deverão ser capazes de:

- compreender conceitos fundamentais do controle de constitucionalidade, do diálogo institucional e do processo decisório do STF;
- analisar criticamente decisões judiciais, avaliando a consistência e a coerência dos argumentos;
- relacionar a atuação do STF e dos órgãos de controle ao desenvolvimento do direito público brasileiro;
- planejar, desenvolver e apresentar um projeto de pesquisa com rigor metodológico e atenção ao caráter empírico.

## Formas de avaliação

As/os estudantes serão avaliadas/os em três frentes:

- (i) **frequência**, com exigência mínima de 80% em cada semestre;
- (ii) **participação nos debates em sala de aula**;
- (iii) **trabalho final**, consistente em projeto de iniciação científica ou monografia, apresentado ao final do segundo semestre.

O acompanhamento é contínuo e envolve tutoria individual, conversas com a Coordenação, orientação de pesquisa, discussões coletivas dos projetos e relatórios parciais, bem como banca de avaliação da monografia ao final do curso.

O desempenho será avaliado segundo os seguintes critérios:

- **Excelente:** Empenho, assiduidade e respeito; organização nas leituras e na pesquisa; participação qualificada nos debates; raciocínio crítico consistente; e elaboração de monografia metodologicamente sólida, relevante e apta a subsidiar novas pesquisas.
- **Bom:** Empenho e assiduidade; organização nas leituras e na pesquisa; participação pertinente nos debates; capacidade de identificar e articular problemas centrais; e elaboração de monografia metodologicamente consistente.
- **Insatisfatório:** Descumprimento da frequência mínima; ausência de engajamento nas atividades; participação irrelevante ou inexistente nos debates; desrespeito aos colegas ou à coordenação; ou não entrega (ou entrega incompleta) da monografia.

---

## Materiais de leitura

Os materiais de leitura dividem-se em três categorias:

- (i) **obrigatórios**, indispensáveis para acompanhamento e participação nas aulas;
  - (ii) **complementares**, relacionados diretamente ao tema de cada encontro;
  - (iii) **de formação**, destinados ao aprofundamento e à ampliação do repertório teórico.
-

## Informações administrativas

**Duração:** programa anual.

**Carga horária:** 52 horas (63,3 horas-aula).

**Período:** de 06/03/2026 a 26/06/2026 (primeiro semestre).

**Dias e horários:**

- **sextas-feiras;**
- 14h00 – 15h40 – Oficina de Jurisprudência (“J”);
- 16h00 – 17h40 – Oficina de Pesquisa (“P”).

**Sala:** 401PB AB

**Frequência mínima:** 80% das sessões de cada atividade que compõem a Escola de Formação Pública.

**Materiais didáticos:** disponíveis no site da SBDP ([www.sbdp.org.br](http://www.sbdp.org.br)) ou enviados por e-mail.

**Comunicação:** [ef.sbdp@gmail.com](mailto:ef.sbdp@gmail.com) Para outras informações, consultar a Coordenação e o Termo de Compromisso do curso.

---

## Coordenação acadêmica

### Clarissa Ferreira de Melo Mesquita

Doutora em Direito Econômico pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito Administrativo pela Universidade de São Paulo (USP). Graduada em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Professora do Programa Avançado em Gestão Pública no INSPER. Coordenadora da Escola de Formação Pública da Sociedade Brasileira de Direito Público – sbdp. Contato: [clamelomesquita@uol.com.br](mailto:clamelomesquita@uol.com.br)

### Yasser Reis Gabriel

Doutor em Direito Administrativo pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Direito e Desenvolvimento pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV Direito SP). Pesquisador do Núcleo Público da FGV Direito São Paulo + sbdp. Advogado de Sundfeld Advogados

### Abel Costa Marinho

Monitor da Escola de Formação Pública da Sociedade Brasileira de Direito Público – sbdp. Graduando em Direito pela Universidade de Presbiteriana Mackenzie (UPM). Aluno da Escola de Formação da sbdp (2024). Pesquisador do Núcleo Público da FGV Direito São Paulo + sbdp. Contato: [abelcomari@gmail.com](mailto:abelcomari@gmail.com)

## Cronograma de aulas

**Data**      **Tema**      **Professor(a)**

### Bloco 1 — Abertura e método

<b>06/03</b> (início do semestre)	<b>(J)</b> Boas-vindas - encontro de abertura	Equipe sbdp
	<b>(P)</b> Apresentação do nosso ano: Programa de Aulas, Programa de Pesquisa e combinados gerais	

### Bloco 2 — Instituições em ação: Judiciário e controle

<b>13/03</b>	<b>Visita de Formação:</b> Museu das Favelas	
<b>20/03</b>	<b>(J)</b> Controle de Constitucionalidade: Até onde pode ir o STF? O controle das Propostas de Emenda à Constituição	Matheus Cadedo
	<b>(P)</b> Como ler acórdãos do STF?	Guilherme Forma Klafke
<b>27/03</b>	<b>(J)</b> Cotas raciais nas Universidades e no serviço público: as comissões de heteroidentificação	Clio Radomysler e Felipe Natil
	<b>(P)</b> Como pesquisar no STF? Como fazer análise de jurisprudência?	Bruno Oliveira e Jacqueline Leite
<b>03/04</b>	<i>Feriado - Paixão de Cristo</i>	
<b>10/04</b>	<b>(J)</b> O Estado laico na Constituição: Por que o Brasil tem feriados religiosos e símbolos cristãos nos Tribunais?	Clarissa Mesquita e Abel Marinho
	<b>(P)</b> Como elaborar um projeto de pesquisa?	Fernanda Cândido

### Bloco 3 — Instituições em interação: Legislativo e controle

17/04	(J) Desenho institucional dos Poderes: O voto secreto no Poder Legislativo	Marco Antonio e Pierre Bucar
	(P) Bastidores da Pesquisa: do projeto ao texto final, uma experiência concreta de orientação em 2025	Yasser Gabriel e Rodrigo Bockmann
24/04	(J) Tribunal de Contas: atuação em políticas públicas e consensualidade	André Rosilho
	(P) Como pesquisar no TCU?	Conrado Tristão
01/05	Feriado - Dia do Trabalho	

### Bloco 4 — Administração Pública, dados e mundo digital

08/05	(J) PPP do novo centro administrativo do Estado de São Paulo	Adriano Sundfeld, Filipe Sena, Giuliana Bernardini, Guilherme Falco e Tomás Ferreira
	(P) Pesquisa legislativa, acesso à informação e dados públicos	Carolina Dalla Pacce
15/05	(J) Caso Marielle e o compartilhamento de dados do Google	Gabriela Cavagnoli e Letícia Gongora
	(P) Como utilizar os métodos de entrevistas e questionários?	Karine Bernardino
22/05	(J) O inquérito das Fake News	Tatiane Guimarães
	(P) Conversa com atores: Conhecendo o Mestrado Acadêmico da FGV Direito SP	
28/05 (Quinta-feira)	<b>Entrega dos pré-projetos</b>	
29/05	<b>Visita de formação:</b> Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo	

<b>05/06</b>	<i>Feriado - Corpus Christi</i>	
<b>12/06</b>	(J) <a href="#">Moderação de conteúdo em plataformas digitais: como o STF interpreta a constitucionalidade do art. 19 do Marco Civil da Internet</a>	Natália Langenegger
	(P) <a href="#">Discussão dos pré-projetos de pesquisa</a>	Equipe sbdp

### **Bloco 5: Regulação, cultura e encerramento**

<b>19/06</b>	(J) <a href="#">Legalidade e Regulação: o caso dos aditivos do cigarro</a>	Rodolfo Arruda
	(P) <a href="#">Análise de impacto regulatório</a>	Patrícia Pessoa Valente
<b>26/06</b> (Encerramento do semestre)	(J) <a href="#">Funk: arte, violência e contradições</a>	Leonardo Cleston Mariz
	(P) <a href="#">Uso de IA em pesquisas acadêmicas</a>	Luiz Pimenta
<b>28/06</b> (Domingo)	<b>Entrega dos projetos de pesquisa</b>	

## Leituras e materiais didáticos

### Oficina de jurisprudência | Boas-vindas - encontro de abertura

---

- Apresentação da equipe;
- Apresentação dos novos alunos e interação com a turma de 2025.

### Oficina de pesquisa | Apresentação do nosso ano: Programa de Aulas, Programa de Pesquisa e combinados gerais

---

- Apresentação do programa e estrutura do curso.

#### Preparação básica (obrigatória):

- OZ, Amós. *Como curar um fanático*. Companhia das Letras, São Paulo. p. 34-49.  
(Trecho enviado por e-mail).

### Oficina de jurisprudência | Controle de Constitucionalidade: Até onde pode ir o STF? O controle das Propostas de Emenda à Constituição

---

#### Preparação básica (obrigatória):

- ADI 466 MC  
Inteiro teor
- MS 34448  
Decisão Monocrática MC Min. Luís Roberto Barroso  
Decisão Monocrática Final Min. Luís Roberto Barroso
- MS 37.721  
Decisão Monocrática Min. Luís Roberto Barroso
- VIEIRA, Oscar Vilhena et al. *Resiliência constitucional*. São Paulo: Direito GV, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.fgv.br/items/178e4d1e-299d-4d00-aef2-68b0cf8ee238>>. Acesso em 17 de mar. de 2026.  
*Tópico 8.2. ATIVISMO MODERADO DO STF NO CONTROLE DAS EMENDAS CONSTITUCIONAIS*

#### Preparação complementar:

- Ministro Barroso mantém tramitação da PEC dos gastos públicos na Câmara dos Deputados. Portal de Notícias do STF. Disponível em: <https://ambito-juridico.jusbrasil.com.br/noticias/393410336/ministro-barroso-mante-m-tramitacao-da-pec-dos-gastos-publicos-na-camara-dos-deputados>
- Deputados impetram Mandado de Segurança contra PEC que institui Novo Regime Fiscal. Portal de Notícias do STF. Disponível em: <https://stf.jusbrasil.com.br/noticias/393207.850/deputados-impetram-mandado-de-seguranca-contrapec-que-institui-novo-regime-fiscal>

#### Leitura de formação:

- ARRUDA, Ana Luíza. *O supremo tribunal federal e o controle judicial de propostas de emenda à constituição*. Tese de Láurea, 2019.
- OLIVEIRA, Fabiana Luci de ; ARGUELHES, Diego Werneck. O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E A MUDANÇA CONSTITUCIONAL. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 36, n. 105, p. e3610506, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/3610506/2020>.

### Preparação básica (obrigatória):

- STF. RECURSO EXTRAORDINÁRIO 1.165.959 SÃO PAULO. Rel. Min. Marco Aurélio. Relator para acórdão Min. Alexandre de Moraes. Julgamento em sessão virtual de 11/6/2021 a 18/6/2021. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/processos/downloadPeca.asp?id=15348384226&ext=.pdf>
- Labirinto de desafios: <https://forms.gle/vj6NugRAFe9139rT8>

### Preparação complementar:

- KLAFFKE, Guilherme Forma. *Continuidade e mudanças no atual modelo de acórdãos do STF: A prática, as razões para sua manutenção e caminhos para aperfeiçoamento*. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Direito do Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2019, p. 151-163.

### Leitura de formação:

- ALMEIDA, Danilo dos Santos; BOGOSSIAN, André Martins. "Nos termos do voto do relator": considerações acerca da fundamentação coletiva nos acórdãos do STF. *Revista Estudos Institucionais*, v. 2, p. 1, 2016. Disponível em: <http://bit.ly/2GidT63>
- SILVA, Virgílio Afonso da. *O relator dá voz ao STF? Uma réplica a Almeida e Bogossian*. *Revista de estudos institucionais*, v. 2, n. 2, p. 648-669, 2017. Disponível em: <http://bit.ly/2GhChVD>
- KLAFFKE, Guilherme Forma. *Os Acórdãos do STF como documentos de pesquisa e suas características distintivas*. Disponível em: <http://bit.ly/2lvOIWD>.
- KLAFFKE, Guilherme Forma. *Continuidade e mudanças no atual modelo de acórdãos do STF: A prática, as razões para sua manutenção e caminhos para aperfeiçoamento*. Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Direito do Estado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2019.
- KOERNER, Andrei. *Uma proposta de metodologia para a análise do comportamento dos ministros do STF*. Disponível em: <https://cienciapolitica.org.br/web/system/files/documentos/eventos/2017/03/proposta-metodologia-para-analise-comportamento-dos.pdf>
- LEITE, Fábio Carvalho; BRANDO, Marcelo Santini. *Dispersão de Fundamentos no Supremo Tribunal Federal/Scattered Arguments in Federal Supreme Court*. *Revista "Direito, Estado e Sociedade"*, n. 48, 2016. Disponível em: <http://direitostadosociedade.jur.puc-rio.br/media/Direito%2048%20--%20artigo%205.pdf>

## Oficina de jurisprudência | Cotas raciais nas Universidades e no serviço público: as comissões de heteroidentificação

---

### Preparação básica (obrigatória):

- Lei Cotas Serviço Público - 12.990/14;  
Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12990.htm)
- Lei Cotas Universidades Federais - 12.711/2012;  
Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm)

- CCJ amplia e prorroga por dez anos as cotas afirmativas no serviço público. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2024/04/24/ccj-amplia-e-prorroga-por-dez-anos-as-cotas-afirmativas-no-servico-publico#:~:text=A%20Comiss%C3%A3o%20de%20Constitui%C3%A7%C3%A3o%20Justi%C3%A7a,para%20negros%20%20ind%C3%ADgenas%20e%20quilombolas>
- Aprovado em Medicina na USP tem matrícula negada após decisão de banca. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/educacao/aprovado-em-medicina-na-usp-tem-matricula-negada-apos-decisao-de-banca-sempre-me-considerarei-pardo,72797bac81b811dd2c8b13f450b74f7cz6cwb9ty.html>
- ADPF 186 - Voto Relator (Lewansowski); Disponível em: <https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2026/03/ADPF-186.pdf>

#### **Preparação Complementar:**

- ADC 41 – Voto Relator e debates (Min. Luís Roberto Barroso);
- ADPF 186 - Voto e debates (Min. Gilmar Mendes).

#### **Leitura de Formação:**

- Podcast Durma com essa. Por que as cotas raciais deram certo no ensino brasileiro?. Nexo Jornal. 2022. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/0a73eqsLLF1LSWfcByyDzv?si=PkpEMamAQjuY5l1w1s9GVw>
- Camilloto, B., & Camilloto, L.. (2022). COMISSÕES DE HETEROIDENTIFICAÇÃO RACIAL: POR QUEM OS SINOS DEVERIAM DOBRAR?. Educação & Sociedade, 43, e254673. <https://doi.org/10.1590/ES.254673>
- SILVA, A. C. C. D., CIRQUEIRA, D. M., RIOS, F., & ALVES, A. L. M.. (2020). AÇÕES AFIRMATIVAS E FORMAS DE ACESSO NO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO: O caso das comissões de heteroidentificação. Novos Estudos CEBRAP, 39(2), 329–347. <https://doi.org/10.25091/s01013300202000020005>
- APOLINÁRIO, Aline Costa. Ingresso no Ensino Superior e Cotas étnicas, raciais e socioeconômicas: como o STF construiu sua jurisprudência sobre cotas étnico-raciais e socioeconômicas no Ensino Superior?. Acesso em: 17/07/2023. Disponível em: <https://sbdp.org.br/publication/ingresso-no-ensino-superior-e-cotas-etnicas-raciais-e-socioeconomicas-como-o-stf-construiu-sua-jurisprudencia-sobre-cotas-etnico-raciais-e-socioeconomicas-no-ensino-superior/>

### **Oficina de Pesquisa | Como pesquisar no STF? Como fazer análise de jurisprudência?**

#### **Preparação básica (obrigatória):**

- Metodologia em Pesquisa Jurídica - Pesquisa de Jurisprudência. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=89ncB1H7Zo4&t=1s>
- BALBI, Guilherme; KLAFKE, Guilherme Forma; SANTOS, Lucas Custódio. *Controle da relevância e urgência em medidas provisórias pelo STF*. Suprema - Revista de Estudos Constitucionais v. 2 n. 1 (2022). Disponível em: <https://suprema.stf.jus.br/index.php/suprema/article/view/158>

## Oficina de Jurisprudência | O Estado laico na Constituição: Por que o Brasil tem feriados religiosos e símbolos cristãos nos Tribunais?

---

### Preparação básica (obrigatória):

- ARE 1.249.095/SP  
Ementa, acórdão e relatório (p.1-9);  
Voto do Min. Cristiano Zanin (p.10-28).

### Preparação Complementar:

- VEIGA, Edson. Por que o Brasil tem feriados religiosos se é um Estado laico?. BBC News, Bled - Eslovênia, 23 de janeiro de 2025. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/cn0y59py4xpo>

### Leitura de formação:

- OTONI, Camilo da Cunha. Para além de uma disputa sobre crucifixos: um estudo do embate argumentativo sobre a laicidade estatal no percurso judicial do ARE 1.249.095. Acesso em: 17/03/2026. Disponível em <<https://sbdp.org.br/publication/para-alem-de-uma-disputa-sobre-crucifixos-um-estudo-do-embate-argumentativo-sobre-a-laicidade-estatal-no-percurso-judicial-do-are-1-249-095/>>.

## Oficina de Pesquisa | Como elaborar um projeto de pesquisa?

---

### Preparação básica (obrigatória):

- NOBRE, Marcos. *Apontamentos sobre a pesquisa em direito no Brasil*. Cadernos DIREITO GV; 2005, v. 1, n. 1. Disponível em: <<https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/3c50507b-a5e3-4b38-bddf-4bd859f7fa/content>>
- FEFERBAUM, Marina; MAFEI, Rafael. *Metodologia da Pesquisa Em Direito - 4ª Edição* 2026. 4. ed. Rio de Janeiro: SRV, 2025. E-book. p.41-52. ISBN 9786584004290. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786584004290/>. Acesso em: 17 mar. 2026. **(Versão disponível na Minha Biblioteca Digital)**
  - Parte 2, seção 4: COMO ENCONTRAR UM TEMA DENTRO DE MINHA ÁREA DE INTERESSE?

## Oficina de jurisprudência | Desenho institucional dos Poderes: o voto secreto no Poder Legislativo

---

### Preparação básica (obrigatória):

- MS 33.908 (Min. Edson Fachin)
- MS 36.169 (Min. Marco Aurélio)
- MS 35.265 (Min. Alexandre De Moraes)

### Preparação Complementar:

- OLIVEIRA, Bruno da Cunha. *Incertezas sobre o voto secreto na eleição para o comando do Congresso*. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/incertezas-sobre-o-voto-secreto-na-eleicao-para-o-comando-do-congresso-01022023>
- NASCIMENTO, Roberta Simões. Disponível em:

<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/defensor-legis/a-votacao-secreta-nas-deliberacoes-do-poder-legislativo-09122020>

## Oficina de pesquisa | Bastidores da Pesquisa: do projeto ao texto final, uma experiência concreta de orientação em 2025

---

### Leitura de formação:

- MOREIRA, Rodrigo Cuéllar Bockmann. O PODER NORMATIVO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS FEDERAIS NO STF: ADI 4.874 e ARE 1.348.238. . Acesso em: 15/04/2026. Disponível em <<https://sbdp.org.br/publication/o-poder-normativo-das-agencias-reguladoras-federalis-no-stf-adi-4-874-e-are-1-348-238/>>.

## Oficina de jurisprudência | Tribunal de Contas: atuação em políticas públicas e consensualidade

---

### Preparação básica (obrigatória):

- JORDÃO, Eduardo. Administração dialógica ou amedrontada? JOTA. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/controle-publico/administracao-dialogica-ou-amedrontada-22052019?non-beta=1>
- BRAGA, André. O “conforto espiritual” do TCU. JOTA. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/controle-publico/o-conforto-espiritual-do-tcu-17042019>
- Desafios do TCU na chancela a soluções consensuais disruptivas. JOTA. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/controle-publico/desafios-do-tcu-na-chancela-a-solucoes-consensuais-disruptivas-02052024>
- CARVALHO, Mariana; DAMASCENO, Vitória. Soluções consensuais: o papel do TCU na definição do que deve ser negociado. JOTA. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/controle-publico/solucoes-consensuais-o-papel-do-tcu-na-definicao-do-que-deve-ser-negociado-15052024>
- GABRIEL, Yasser. A “solução consensual” seria a nova “consulta” ao TCU? JOTA. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/controle-publico/a-solucao-consensual-seria-a-nova-consulta-ao-tcu-12062024>.

### Preparação complementar:

- Instrução Normativa nº 91/2022 - TCU  
Disponível em: <<https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/redireciona/norma/NORMA-21784>>.

### Leitura de formação:

- Acórdão 1593/2023 - TCU  
Disponível em: <https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2024/07/Acordao-1593.pdf>

### Oficina de pesquisa | Como pesquisar no TCU?

---

#### Preparação básica (obrigatória):

- WANG, Daniel; ROSILHO, André; TRISTÃO, Conrado; SOUZA, Fernanda; PÁDUA, Julia; FELDMANN, Rafael. A atuação do Tribunal de Contas da União em matéria ambiental. FGV Direito SP, sbdp e WWF Brasil. Relatório de pesquisa. 2020. Disponível em: [https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/tcu\\_assinado.pdf](https://wwfbr.awsassets.panda.org/downloads/tcu_assinado.pdf).

#### Preparação complementar:

- VILELLA, Mariana; BRAGA, André; ROSILHO, André; TRISTÃO, Conrado; DUQUE, Gabriela; DAMASCENO, Vitória; LUSTOSA, Pedro. Aplicação dos novos dispositivos da LINDB pelo Tribunal de Contas da União. FGV Direito SP, sbdp e CNI. Relatório de pesquisa. 2021. Disponível em: [https://direitosp.fgv.br/sites/default/files/2022-03/relatorio-de-pesquisa\\_observatorio-do-tcu\\_aplicacao-dos-novos-dispositivos-da-lindb-pelo-tcu.pdf](https://direitosp.fgv.br/sites/default/files/2022-03/relatorio-de-pesquisa_observatorio-do-tcu_aplicacao-dos-novos-dispositivos-da-lindb-pelo-tcu.pdf).

#### Leitura de formação:

- SUNDFELD, Carlos Ari; CÂMARA, Jacintho Arruda; MONTEIRO, Vera; ROSILHO, André. O valor das decisões do Tribunal de Contas da União sobre irregularidades em contratos. Revista Direito GV, v. 13, pp. 866-890, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/revdireitogv/article/view/73331/70470>.

### Oficina de jurisprudência | PPP do novo centro administrativo do Estado de São Paulo

---

#### Preparação básica (obrigatória):

- Apresentação “Concessão Administrativa: Centro Administrativo Campos Elíseos”.
- ANEXO Q: REGRAMENTO GERAL DE DESAPROPRIAÇÕES E REASSENTAMENTOS. Disponível em: <https://www.parceriaseminvestimentos.sp.gov.br/projeto-qualificado/centro-administrativo-dos-campos-eliseos/>. Licitação > Anexos ao contrato.

#### Preparação complementar:

- Decreto-lei nº 3.365 de 21 de junho de 1941.  
Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del3365.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3365.htm)

### Oficina de Pesquisa | Pesquisa legislativa, acesso à informação e dados públicos

---

#### Preparação básica (obrigatória):

- MORGADO, Renato. Nota Metodológica: Índice de Transparência e Governança Pública – Poder Executivo (Estados e Distrito Federal). Brasília: Transparência

Internacional Brasil, 2025. Disponível em:  
<<https://transparenciainternacional.org.br/itqp/>>

## **Oficina de jurisprudência | Caso Marielle e o compartilhamento de dados do Google**

---

### **Preparação básica (obrigatória)**

- Recurso em Mandado de Segurança STJ nº 60.698  
Rel. Min. Rogerio Schietti  
Disponível em:  
<<https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2024/10/ROMS-60698- -Relatoria-Min.-Rogerio.pdf>>

### **Leitura Complementar:**

- MADRUGA, Antenor; FELDENS, Luciano. Dados eletrônicos e cooperação internacional: limites jurisdicionais. In: BRASIL. Ministério Público Federal. Secretaria de Cooperação Internacional. Temas de cooperação internacional. 2. ed., rev. e atual. Brasília: MPF, 2016 p. 49-69. Disponível em:  
[https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/sci/publicacoes/docs/16\\_004\\_temas\\_cooperacao\\_internacional\\_versao\\_2\\_online.pdf](https://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/sci/publicacoes/docs/16_004_temas_cooperacao_internacional_versao_2_online.pdf).

## **Oficina de Pesquisa | Conversa com atores: Conhecendo o Mestrado Acadêmico da FGV Direito SP**

---

### **Objetivo:**

Apresentar o campo de Direito e Desenvolvimento aos estudantes de graduação, promovendo um diálogo entre pós-graduandos e a comunidade externa, bem como introduzir as possibilidades acadêmicas do mestrado e doutorado da FGV Direito SP, por meio de uma discussão orientada em pequenos grupos a partir de textos e pesquisas na área.

## **Oficina de jurisprudência | O Inquérito das Fake News**

---

### **Preparação básica (obrigatória):**

- ADPF 572  
Relatório  
Voto do Min. Edson Fachin  
Disponível em:  
<<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=755791517>>

### **Leitura Complementar:**

- ADPF 572  
Inteiro teor  
<<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=755791517>>

## Oficina de Pesquisa: Como utilizar os métodos de entrevistas e questionários?

---

### Preparação básica (obrigatória):

## Oficina de jurisprudência | Moderação de conteúdo em plataformas digitais: como o STF interpreta a constitucionalidade do art. 19 do Marco Civil da Internet?

---

### Preparação básica (obrigatória):

- RE 1.037.396 (Tema 987) e 1.057.258 (Tema 533).  
Disponível em:  
<[https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/Informac807a771oa768SociedadeArt19MCI\\_vRev.pdf](https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/Informac807a771oa768SociedadeArt19MCI_vRev.pdf)>
- RE 1.037.396/SP.  
Voto-Vogal do Ministro André Mendonça. (p. 15-38)  
Disponível em:  
<[https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2025/08/AndreMendonca.voto\\_.pdf](https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2025/08/AndreMendonca.voto_.pdf)>  
Voto do Min. Dias Toffoli. (p. 41-55).  
Disponível em:  
<[https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2025/08/DiasToffoli.voto\\_.pdf](https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2025/08/DiasToffoli.voto_.pdf)>

### Leitura Complementar:

- RE 1.037.396/SP.  
Relatório do Voto do Min. Dias Toffoli.  
Disponível em:  
<<https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=14588363>>

### Leitura de Formação:

- CERNIAUSKAS, Luiza. Projeto de Lei nº 2.630: uma projeção do futuro da regulação de plataformas no Brasil para a moderação de conteúdos na internet. 2024. Sociedade Brasileira de Direito Público, São Paulo, 2024.  
Disponível em:  
<<https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2025/03/LuizaCerniauskas.monografia.pdf>>
- LOPES, Daniel Carvalho. O STF e a moderação de redes sociais: um estudo sobre o papel do Supremo na regulação de conteúdos na internet. 2023. Sociedade Brasileira de Direito Público, São Paulo, 2023.  
Disponível em: <<https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2024/02/Daniel.pdf>>

## Oficina de Pesquisa | Discussão dos pré-projetos de pesquisa

---

O objetivo dessa oficina é promover a discussão entre pares nos grupos formados pelos eixos temáticos abordados em cada pré-projeto. Com o apoio de um convidado, os alunos debatem os aspectos estruturais dos trabalhos. Cada aluno recebe os

pré-projetos dos colegas para leitura e avaliação e trazem para a sala de aula os destaques e questões que surgiram ao longo da leitura.

### **Oficina de jurisprudência | Legalidade e Regulação: o caso dos aditivos do cigarro**

---

#### **Preparação básica (obrigatória):**

- ADI 4874/DF  
Ementa, acórdão e extrato de ata (p. 1-5 e 214-215)  
Disponível em:  
<<https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2021/07/ADI-4874-Ementa-e-Acordao-1.pdf>>  
Voto e relatório Min. Carmen Lucia (p. 189-204)  
Disponível em:  
<<https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2024/07/ADI-4874-Voto-e-Relat.-Carmen-Lucia.pdf>>  
Voto Min. Edson Fachin (p. 112-130)  
Disponível em:  
<<https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2021/07/ADI-4874-Voto-Min.-Edson-Facchin.pdf>>  
Voto Min. Alexandre de Moraes (p. 98-108)  
Disponível em:  
<<https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2019/07/ADI-4874-Voto-Min.-Alexandre-de-Moraes.pdf>>  
Debates (p. 205-213)  
Disponível em:  
<<https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2024/07/ADI-4874-Debates-Quorum.pdf>>

#### **Preparação complementar:**

- ADI 4874/DF  
Relatório e voto Min. Rosa Weber (7-108)

### **Oficina de Pesquisa | Análise de impacto regulatório**

---

#### **Preparação básica (obrigatória):**

### **Oficina de jurisprudência | Funk: arte, violência e contradições**

---

#### **Preparação básica (obrigatória):**

- RE 1.278.070/RS  
Inteiro teor  
Disponível em:  
<https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2025/08/Recurso-Extraordinario-1278070.pdf>
- Projeto de Lei Orgânica - "PL Anti-Oruam"

Inteiro teor

Disponível

em:

<https://sbdp.org.br/wp-content/uploads/2025/08/PL-Anti-Oruam-SP.pdf>

#### **Preparação complementar:**

- Projeto de Lei Federal n.º 243/2025, Deputado Kim Kataguiri. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2863405&filename=Avulso%20PL%20243/2025](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2863405&filename=Avulso%20PL%20243/2025)
- MARIZ, Leonardo. Quando a lei sai do tom: a inconstitucionalidade do PL Anti-Oruam. Portal Jota, 2025. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/quando-a-lei-sai-do-tom-a-inconstitucionalidade-do-pl-anti-oruam>.
- MARIZ, Leonardo. Não é conselho, é visão: funk e a Lei de Licitação. Portal Alma Preta, 2025. Disponível em: <https://almapreta.com.br/sessao/quilombo/nao-e-conselho-e-visao-funk-e-a-lei-de-licitacao/>.

#### **Leitura de formação:**

- AMPARO, Thiago. Legalismo discriminatório. In: Estado de direito e populismo autoritário: erosão e resistência institucional no Brasil (2018-22). FGV Editora: 1. ed., 2023, 289-313. Disponível em: [https://www.academia.edu/123593732/Legalismo\\_Discriminato\\_rio](https://www.academia.edu/123593732/Legalismo_Discriminato_rio).
- MOREIRA, Adilson José. Direito, poder, ideologia: discurso jurídico como narrativa cultural. Revista Direito e Práxis, vol. 8, núm. 2, 2017, pp. 830-868. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/wK9zTHHtQ445mdCbRh4BXYG/?format=html&lang=pt>.

**Preparação básica (obrigatória):**

- SAMPAIO, Rafael Cardoso. Escrita acadêmica ética, responsável e humana com inteligência artificial. Revista de Sociologia e Política, v. 33, p. e018, 2025. Disponível em:  
<<https://www.scielo.br/j/rsocp/a/rg8Gm7HwCQ9Gpw4VZt6yvJM/?format=pdf&lang=pt>>
- SAMPAIO, R.C.; SABBATINI, M.; LIMONGI, R. Diretrizes para o uso ético e responsável da Inteligência Artificial Generativa: um guia prático para pesquisadores. São Paulo: Editora Intercom, 2024. Disponível em:  
<<https://prpq.unicamp.br/wp-content/uploads/sites/10/2025/01/livro-diretrizes-ia-1.pdf>>